

O desafio das elites

Gilberto Menezes Côrtes *

As sociedades progredem na razão direta do espírito das suas elites. Há uma década o Brasil encontra-se em crise, entre outros motivos porque em 1979 a elite empresarial se rebelou contra a política de *desaquecimento* econômico do ministro Mário Henrique Simonsen, que propunha uma taxa de crescimento de 3% a 5% ao ano.

Nos anos 80, a economia mundial progrediu admiravelmente. A crise do petróleo foi superada pelo Primeiro Mundo, com grandes saltos tecnológicos liderados pelo Japão. Novos parceiros ganharam espaço no cenário econômico, tais como a Coreia do Sul, a Espanha, Formosa e Hong Kong. Junto com o Muro de Berlim, cairam as barreiras ideológicas.

A economia de mercado ampliou as escalas dos investimentos e dos fluxos financeiros e comerciais. A Europa Unida de 1993 representa mudança radical em relação aos velhos conceitos de nacionalismo protecionista. Outros mercados comuns começam a ser formados entre Estados Unidos e Canadá, e possivelmente com o México, ao sul do Rio Grande.

As elites, no entanto, não tiveram capacidade de oferecer à sociedade brasileira uma noção real do que se passava no resto do mundo. A atuação de alguns segmentos empresariais, reforçando na Constituinte a defesa dos seus interesses cartoriais — da mineração aos bancos — em aliança com setores da esquerda que se agarravam às reservas de mercado,

ao protecionismo e ao fortalecimento do Estado, enquanto a utopia da economia socialista autárquica ruia no Leste europeu, mostra a dificuldade das nossas elites em assumir a vanguarda da modernidade.

Não foi sem razão que a ex-ministra Zélia Cardoso de Mello se despediu do governo acusando as elites. As reformas do Estado e da economia brasileira seguiam as linhas mestras da modernidade defendida pelo candidato Fernando Collor. Essas linhas foram solenemente ignoradas na campanha eleitoral pelas elites empresariais representadas pela Fiesp.

Eleito com o apoio das elites na reta final, diante da opção à esquerda com o candidato do PT, Luís Inácio da Silva, o presidente Fernando Collor previu com precisão os primeiros tempos de seu governo. Face às duras medidas que teria de tomar para recolocar o Brasil em ordem, admitiu que iria surpreender as esquerdas e contrariar as elites.

As elites empresariais, com seu poder formador de opinião na área econômica, conseguiram unir parcelas expressivas do setor produtivo contra a intenção do governo de fomentar a concorrência interna de preços, a partir da abertura das fronteiras do país aos produtos estrangeiros. As empresas brasileiras preferiram insistir nos aumentos de preços, mesmo à custa da retração do mercado consumidor (quando não reduziam deliberadamente a produção, para garantir os preços no alto).

Como os salários não acompanharam os preços, a recessão acabou se revelando maior do que se poderia esperar do efeito do drástico congelamento

initial da poupança financeira e das medidas econômicas que se seguiram. A queda-de-braço em relação às diretrizes liberalizantes da política econômica continuou depois do Plano Collor II, nas negociações de reajuste de preços nas câmaras setoriais.

De certa forma, setores das elites quiseram passar a imagem de que a ministra caiu por culpa da pressão dos credores internacionais. Trata-se de uma idéia mais palatável (para a esquerda, subitamente viúva da dona Zélia), e que atende à manutenção dos interesses cartoriais, vestidos com a defesa do nacionalismo. Um dos motivos que levam os governos e bancos credores a resistir às propostas de redução da sangria de dólares do país na dívida reside exatamente no fato de que o Brasil registra no exterior investimentos e depósitos oriundos de fraudes cambiais e saída ilegal de divisas superiores a US\$ 55 bilhões. Ou seja, metade do saldo da dívida externa.

Grande parte dessa quantia foi transferida na última década, quando os 5% mais ricos também aumentaram a sua participação na renda nacional (sem computar a evasão). Os credores não se conformam em ser forçados a investir compulsoriamente no Brasil — através da conversão, com desconto, da dívida em capital —, pois as nossas elites, que tanto criticam o atual governo pela falta de um “projeto nacional”, são as primeiras a demonstrar que preferem investir no exterior que no país.